



## Reflexões críticas e sociais sobre o espaço urbano brasileiro diante do contexto da COVID-19

*Critical and social reflections on the Brazilian urban space before the COVID-19 context*

**Robson Soares Brasileiro<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Doutor em Geografia; Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB);  
e-mail: [robson.brasileiro@ufob.edu.br](mailto:robson.brasileiro@ufob.edu.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7964-4639>

### Resumo

Este artigo procura debater a conjuntura de crise epidêmica mundial com recorte geográfico no Brasil, portanto, traz a discussão reflexões que envolvem elementos históricos e temporais, perspectiva social e política e repercussão econômica a partir da construção da narrativa de um “Novo Normal”. O foco da discussão no presente trabalho é analisar como situações de vulnerabilidade e precariedade social pré-existentes no país contribuíram para o aumento dos impactos ocasionados pelo Covid 19 nos centros urbanos brasileiros. Por fim, busca-se, também, discutir como o capital financeiro especulativo se apropria das conjunturas sociais e momentos para maximizar sua mutação visando “novos ganhos”.

**Palavras-chave:** Covid 19, reflexões, Brasil, urbanização, indústria.

### Abstract

This article seeks to debate the current conjuncture of a global epidemic crisis with a geographic profile in Brazil, therefore, it brings up discussions that involve historical and temporal elements, social and political perspectives and economic repercussions from the construction of the narrative of a “New Normal”. The focus of the discussion in this paper is to analyze how pre-existing situations of vulnerability and social precariousness in the country contribute to the increase in the impacts caused by Covid 19 in Brazilian urban centers. Finally, we also seek to discuss how speculative financial capital appropriates social circumstances and moments to maximize its mutation with a view to “new gains”.

**Keywords:** Covid 19, reflections, Brazil, urbanization, industry.



## 1 Introdução

O referido artigo é resultado da participação do autor na mesa redonda Geografia e Sociedade: uma abordagem crítica frente aos desafios do Covid 19 - proferindo a palestra: “Reflexões críticas e sociais sobre o espaço urbano brasileiro diante do contexto do Covid 19” - durante a VIII Jornada de Geografia do Oeste Baiano realizada nos dias 08 a 12 de junho de 2020 pelo curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Para uma compreensão mais refinada a respeito do contexto de crise sanitária mundial, com recorte geográfico para o Brasil, se faz pertinente aqui a realização de algumas reflexões, no sentido de estabelecer conexões entre os impactos causados pelo Covid 19 e os fatores pré-existentes em termos de precariedade e vulnerabilidades do espaço urbano brasileiro.

Desde já, destaca-se que não se tem intenção no presente trabalho em realizar uma análise detalhada ou exaustiva sobre fatores e impactos do Covid 19, no espaço urbano brasileiro. Todavia, almeja-se realizar breves reflexões no sentido de despertar a curiosidade para a necessidade de entender os efeitos e/ou impactos da crise sanitária mundial aqui no Brasil. Para tanto, parte-se de uma leitura em rede, isto é, procurando intercalar os impactos a uma série de condições de vulnerabilidades sociais pré-existentes em vários setores do espaço urbano brasileiro. Assim sendo, é necessário desconstruir reflexões pré-concebidas ou cartesianas e estar disposto a uma reflexão em rede para melhor entendimento da atual situação da conjuntura na área da saúde no país.

Diante do contexto, o objetivo deste trabalho é entender os impactos do Covid 19 nas cidades brasileiras a partir de três reflexões. Ressalta-se que a delimitação do número de reflexões aqui abordadas não exaure ou limita a responsabilidade de outras linhas de raciocínio e pensamento. Todavia, optou-se aqui por três reflexões compreendidas pelo autor como primordiais para aprofundamento de algumas discussões e debates quais sejam: reflexão histórica e temporal; reflexão política e social e reflexão econômica – “a construção do Novo Normal”. Nesse sentido, trazer ao debate essas reflexões é fundamental para apresentar argumentos e justificativas de que os impactos gerados pela crise sanitária mundial aqui no Brasil, são pré-existente a mesma, haja vista, a precariedade de serviços e infraestrutura ofertadas a população brasileira em várias cidades.

Assim sendo, a primeira reflexão traz um debate com viés histórico e temporal, ou seja, a necessidade de entender os processos de desenvolvimento do espaço urbano brasileiro, a partir de contextos históricos, econômicos e políticos. Como se trata de uma análise histórica e temporal é pertinente a realização de um recorte, portanto, toma-se como referência temporal o final do século XIX e começo do século XX. Essa delimitação não é aleatória, mas propositiva, pois traz ao debate o processo de industrialização no país com a indústria do café e, os avanços, ainda que lentos, no sistema de

urbanização. Diante do exposto, realiza-se aqui uma breve pausa para explicar que em nenhum momento se teve a intenção de descartar outros processos industriais no país anteriores ao recorte temporal aqui efetivado, mas sim, delimitar aquele que proporcionou certa aceleração nos processos de urbanização no Brasil, na visão deste autor.

Retomando a discussão e, já concluído o resumo da reflexão acima, esta traz discussões pertinentes como: a formação secular de um país Agrário Exportador com forte concentração do poder econômico e político no campo; precariedade de infraestrutura regional; reforma sanitária e avanço nos processos de industrialização pós Segunda Guerra Mundial; transição demográfica, ou seja, o Brasil urbano, industrializado e metropolizado com fortes raízes no campo; “reforma social”; consolidação de indústrias de base; insuficiência dos serviços públicos prestados à população e políticas públicas sociais a desejar.

A segunda reflexão, não menos importante em relação à primeira procura o aprofundamento do debate nas questões sociais e política. Essa análise é extremamente oportuna, haja vista, a sucessão do poder político no Brasil posterior ao processo de redemocratização. Ao analisar esse contexto político e social do país, no recorte espacial citado anteriormente, constata-se a alternância entre governos de “Direita” e “Esquerda Moderada” no poder e mais recentemente “Extrema Direita”. Portanto, a segunda reflexão visa discutir as prioridades da agenda de desenvolvimento dos governos que estiveram à frente da presidência da República Federativa do Brasil, a partir de sua redemocratização, até os dias atuais.

A reflexão em tela procura, ainda, dar visibilidade aos projetos de governos e, as políticas públicas prioritárias, isto é, como o fortalecimento de ações sociais contribuiu para o desenvolvimento dos processos de urbanização no país? Traz ainda, as principais diferenças entre mais ou menos 20 anos de governos de “Direita”, 14 anos de “Esquerda Moderada” e 4 anos de governo de “Extrema Direita”. Assim sendo, compreender essa evolução na escala temporal é extremamente significativa para se ter argumentos mais consistentes, no sentido de debater com maiores justificativas os efeitos da Covid 19, nas principais cidades brasileiras.

Por fim, uma terceira reflexão, tão importante quanto às duas anteriores é a econômica agregada a “construção do Novo Normal<sup>1</sup>”, esta premissa procura discutir como o capital financeiro especulativo em sua versão mais cruel “capital nazifascista economicida<sup>2</sup>” se apropria dos momentos e situações para maximizar lucros. Nesse sentido, busca-se debater a construção de discursos pré-concebidos pelo capital com apoio de alguns meios de comunicação de massa com o objetivo de implementar, no seio da

---

<sup>1</sup> Neste trabalho a expressão “construção do Novo Normal” é entendida enquanto uma forma de apropriação do capital financeiro em maximizar os seus lucros, diante da conjuntura de crise sanitária mundial. Portanto, a elaboração do discurso de um “Novo Normal” seria uma espécie de mutação do capital aderindo a novas formas de trabalho e relações de serviços.

<sup>2</sup> A expressão está sendo empregada enquanto uma forma mais agressiva do capital, ou seja, onde não existem limites a dignidade humana e valorização da vida. Mesmo em momentos de Pandemia Mundial, o mercado econômico dita regras e comportamentos determinando ações e prioridades.

sociedade, novas formas de expropriação da força de trabalho humana. Diante deste contexto, sobressai o debate do *Cyber Espaço*<sup>3</sup> estudado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos e assim entender como o capital financeiro especulativo vem se apropriando do espaço virtual para implementar “novas relações de trabalho” do tipo *Home Office*<sup>4</sup> e serviços *Deliveres* dentre outras formas de atuação profissional é de extrema importância para entender as novas configurações, transformações e territorializações que se efetivaram no espaço urbano, mesmo que, essas atividades ocorram no espaço virtual e, por fim, como essa conjuntura irá impactar na “qualidade de vida”<sup>5</sup> do trabalhador brasileiro. A partir desse momento, segue abaixo as três reflexões de forma mais detalhada por meio de um debate mais aprofundado.

## 2 Método

### 2.1 Reflexão histórica temporal

No contexto da discussão em tela é pertinente a realização de um recorte histórico temporal, isso no sentido de melhor compreensão da conjuntura daquilo que foi a crise Sanitária Mundial. Portanto, cabe refletir o Brasil urbano, industrializado e metropolizado, que já teve outras fases de concentração tanto do poder econômico como político. Nesse sentido, a primeira reflexão aferida neste trabalho será a de cunho histórico e temporal, no sentido de entender com maior propriedade de argumentos e justificativas, os impactos do Covid 19 em grandes, médias e pequenas cidades do território brasileiro. Portanto, se faz necessário o resgate de alguns debates que remete também a um “Brasil rural”.

Sem a intenção de realizar um detalhamento minucioso do ponto de vista histórico e temporal, mas trazendo ao debate alguns pontos chaves, compreende-se que a transição do século XIX ao XX trouxe algumas “modernizações” para a sociedade brasileira, principalmente em relação a transformação de algumas cidades como: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, dentre outras. Porém, essa transição com transformações tímidas no espaço urbano colaborou para a concentração e permanência do poder econômico e político no campo. Esse contexto, de certa forma, retarda o próprio processo de industrialização do Brasil, até então, havia certo receio da burguesia ruralista em perder o seu prestígio e poder, principalmente no tocante a conjuntura rural.

É importante salientar que, muito antes dos séculos destacados acima, já existiam cidades coloniais no território brasileiro com importante função político-administrativa, assim, “No Brasil, durante século XVI, foram fundadas 18 cidades, segundo os dados levantados por Nestor Goulart Reis

---

<sup>3</sup> O *Cyber Espaço* seria uma forma de digitalização do território e informatização do espaço.

<sup>4</sup> Trabalho a distância ou residencial.

<sup>5</sup> Destaca-se que o debate sobre qualidade de vida é bastante complexo, haja vista que este poderá variar de acordo com cada sociedade e seu tempo, assim como os próprios anseios, metas e expectativas que as pessoas almejam para seu bem estar social.

Filho, em seu livro “Evolução Urbana no Brasil”, tendo esse número aumentado para 28 no século XVII” (Sposito, 2018, p. 40). Portanto, antes do recorte temporal adotado para este trabalho, já se constata formação de núcleos urbanos e cidades, assim como ocorreu para os processos de industrialização.

A burguesia rural retardou o quanto pode o processo de industrialização brasileira, todavia, quando percebeu que seria inevitável tal conjuntura, procurou utilizar isso ao seu favor, pois no começo do século XX, o ciclo do café estava no auge com grandes produções nas fazendas do Sudeste. Entretanto, a infraestrutura de escoamento e beneficiamento da produção era bastante precária, como também o baixo processo de integração regional e infraestrutura de transporte. Diante do exposto, fica evidente a ausência de um projeto político voltado para indústria brasileira na transição do Brasil Império à República Federativa, como destaca o autor:

A conjugação de interesses políticos agrário-exportadores com: (1) um arranjo institucional voltado para a defesa desses interesses; (2) uma estrutura produtiva montada para atender as necessidades da referida economia (transportes, bancos, mão-de-obra escrava ou de imigrantes), em que a própria elite agrária investia, junto com o Estado e o capital estrangeiro, atraído por garantia de juros, auto-reforçando o esquema de poder; e (3) o pensamento econômico liberal, determinavam a orientação fundamental da política econômica, que, obviamente, pautava-se pelos interesses dominantes (Suzigan, 2000, p. 14).

Com a necessidade de modernizar as atividades agrárias e àquelas ligadas a produção cafeeira, a burguesia ruralista visualiza na implementação de indústrias uma oportunidade de não apenas manter a concentração do poder econômico e político no campo, mas, acima de tudo, aumentar a produção de café e sucessivamente seus lucros.

Diante do contexto, surgem os primeiros vestígios da fase de implementação da indústria no Brasil. No momento, afere-se aqui uma breve pausa para destacar que, em nenhum momento, se tem a intenção de determinar o marco inicial da indústria brasileira, haja vista que no Brasil Colônia tinham-se as indústrias artesanais do açúcar, ou seja, os engenhos, em suas várias fases, ainda que, bastante rudimentares. No Brasil Império, pode-se destacar a indústria têxtil, ou seja, já existiam no território brasileiro processos industriais mesmo que rudimentares. No entanto, não se pode aqui descartar outros processos tido como industriais, mesmo que artesanal e/ou manufatureiras como afirma a autora:

A expressão indústria traduz, no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza. Portanto, a própria produção artesanal doméstica, a corporativa e a manufatureira representaram formas de produção industrial, ou seja, um primeiro passo no sentido de transformar a cidade efetivamente num espaço de produção (Sposito, 2018, p. 42).

Como bem afirma a autora, esses vestígios preliminares de industrialização no país foram importantes, pois colaboraram na transformação das cidades, principalmente enquanto espaços de produção. Todavia, para ilustrar o debate, destaca-se o processo de beneficiamento do açúcar, pois nos séculos XVI e XVII, as técnicas de fabricação do açúcar como as que se tinham aqui no Brasil, para a

época, eram bastante inovadoras. Portanto, para esse período, era o que tínhamos de mais moderno em termos de indústria açucareira brasileira, mesmo, sendo essa “artesanal”.

Retomando a discussão chave, portanto, a indústria do café possibilitou não apenas os avanços nos processos de urbanização no território brasileiro, mas também, a necessidade de integração regional, até então, bastante precária e deficiente. Além disso, a produção do café na conjuntura industrial trouxe uma relativa “base econômica” ao país, ainda que aliada a produção do açúcar, principalmente na região Nordeste. Ressalta-se que esses ciclos econômicos têm altos e baixos, haja vista que depende da cotação desses produtos no mercado externo. Todavia, não se tem a intenção de trazer essa discussão ao debate, mas apenas pontuar. Diante desse contexto, consolida-se um Brasil Agrário e Exportador com forte concentração das tomadas de decisões políticas e econômica no campo.

Com a crise de 1929<sup>6</sup>, a supersafra de café, no final da década de 1920 e, a necessidade de modernização da indústria cafeeira no Brasil, abre espaço para o surgimento de outros segmentos da indústria como: metalurgia e química, ao mesmo tempo que vão se efetivando e acelerando os processos de urbanização<sup>7</sup> no país, não necessariamente nesta ordem, pois muitas vezes, a própria urbanização colabora para o surgimento de várias indústrias, como destaca o autor abaixo:

Assim ocorreu com a indústria de transformação — que inclusive havia gerado grande capacidade produtiva ociosa —, e diversificado sua estrutura produtiva, com a inclusão de novos segmentos, notadamente da metalúrgica e da química. Essa expansão ampliou o mercado interno para seus produtos e para a agricultura mercantil produtora de alimentos e matérias-primas (exclusive café), expandindo a urbanização e os principais segmentos de serviços (Cano, 2015, p. 447).

Os processos de urbanização e industrialização sempre tiveram fortes ligações, principalmente quando se aborda temas direcionados a Geografia Urbana. Diante desse contexto, verifica-se certa associação entre os termos industrialização e urbanização os quais fazem parte das reflexões da autora abaixo, quando o debate aborda esses aspectos:

As expressões industrialização e urbanização têm aparecido sempre associadas, como se tratasse de um duplo processo, ou de um processo com duas facetas. A identidade entre estes dois “fenômenos” é tão forte, que não podemos fugir de sua análise, se queremos refletir sobre a sociedade contemporânea (Sposito, 2018, p. 42).

Dessa forma, vão se intensificando os processos de urbanização e as transformações, pois “Foi grande o impulso tomado pela urbanização a partir do pleno desenvolvimento da industrialização” (Sposito, 2018, p. 42). No caso brasileiro, muitas destas transformações efetivaram-se aos moldes europeus, pois muitos engenheiros formados no exterior voltavam ao Brasil impregnados por ideias modernistas e influências das universidades as quais cursaram, principalmente em países da Europa.

---

<sup>6</sup> Também conhecida como a Grande Depressão, isto é, recessão do capitalismo no século XX que provocou grande número de desemprego e queda brusca na produção industrial mundial.

<sup>7</sup> Destaca-se que não se tem a intenção neste trabalho de limitar os processos de urbanização a fatores e condicionantes industriais, mas se tem nos processos de industrialização um elemento importante de tal análise.

Embora, todo esse contexto colaborasse para maior efetivação da urbanização brasileira, todavia essa aconteceu de modo lento, precário e seletivo.

Para melhor explicar o final do parágrafo anterior, vale destacar que, até meados do século XX, ainda havia grande predominância de sobrados, mocambos, cortiços, ruelas e becos, nas principais cidades do país. Geralmente, estes espaços eram áreas bastante insalubres e vetores de várias doenças em bairros do centro. Essas áreas eram ocupadas por trabalhadores de baixa renda das indústrias que até então, se localizavam no “coração da cidade”. Com o processo de “modernização urbana”<sup>8</sup> ainda na primeira metade do século XX, com o objetivo de erradicação de focos de doenças e, seus vetores, a população operária que habitava esses espaços foi expulsa para as periferias ou subúrbios, ficando cada vez mais, distantes de seus locais de trabalho, outras fazem a opção por ocupar áreas de morro no intuito de permanecerem ainda próximas aos locais de atividades econômicas.

Com o contexto traçado acima, verifica-se que a urbanização nas principais cidades brasileiras se processou de modo bastante seletivo. Esse contexto se intensifica após a II Guerra Mundial, pois aumenta o número de indústrias que surgiam no território brasileiro, assim como este se tornava cada vez mais integrado do ponto de vista regional. Além disso, as indústrias se territorializavam de modo mais expressivo, inclusive fora do eixo Sudeste, mesmo de modo bastante limitado. Outro fator importante foi o processo de mecanização do campo que, por sua vez, abre espaço para industrialização da agricultura, pois:

“De tanto financiar a industrialização, a agricultura se torna uma atividade industrial. Por outro lado, a vinculação industrial reforça a estrutura agrária monocultura herdada do período agroexportador; por outro, provoca sua metamorfose capitalista, uma vez que, para mais se integrar à passagem do capital mercantil ao capital industrial, mais a agricultura tem que se industrializar” (Moreira, 2018, p. 102).

Diante desse contexto, observa-se, a partir de meados da década de 1960, certo esvaziamento no campo, haja vista os processos de migrações para os centros urbanos, além do próprio processo de industrialização no meio rural com o surgimento dos Complexos Agroindustriais – CAIs. Nesse sentido, as cidades foram crescendo e regulamentando as atividades desenvolvidas no campo, já que todo aparato industrial se concentrava nos centros urbanos.

Segundo Moreira (2014), as cidades cresceram, porém, os processos de urbanização não acompanharam o ritmo desse crescimento, deixando, assim parte da população desassistida de serviços básicos primordiais. Ao mesmo tempo em que o espaço urbano se transformava, ganhava novas configurações, serviços a serem ofertados a população dentre outros fatores, aumentava-se também o contingente de população urbana atraída principalmente pela “modernidade”, seja em busca de “qualidade de vida” ou oportunidades, até então, não encontradas no espaço rural.

---

<sup>8</sup> Processo de modernização dos centros urbanos com retirada da população pobre e operariado, seguida de demolição de cortiços, mocambos, sobrados e erradicação de becos e ruelas enquanto projeto de modernização urbana.

Contudo, não se pode negligenciar que “A formação espacial brasileira é oriunda do produto histórico das relações sociais no país. Assim, ao analisar esta sociedade, é importante considerar a construção do território-nação e seus fluxos internos e externos, sejam eles econômicos ou culturais” (Bernardes, et. *al.*; 2020, p. 192). Portanto, é pertinente destacar ao leitor que os próprios processos de mecanização que surgiam no campo, mesmo de modo lento, colaboraram para a migração de pessoas para os grandes centros urbanos do país. Para além desse contexto, cabe ressaltar que, já na metade do século XX, os processos de urbanização do território brasileiro não se limitavam a faixa litorânea como afirma o autor:

Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macroubanização e metropolização. O turbilhão demográfico e a terceirização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas e cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se, sobretudo, a atividades de relação complexas e, no segundo, a atividades mais diretamente produtivas (Santos, 2013, p. 9).

Nesse sentido, após meados do século XX, mais especificamente a partir de metade da década de 1960, o contingente demográfico brasileiro urbano será maior em relação ao meio rural. Portanto, verifica-se que a predominância nesse momento é de um país urbano, industrializado e metropolizado atualmente. No dizer de Santos (2013), as dicotomias que estabeleciam um Brasil rural e outro urbano não procede mais ao momento, porém surgem novas dicotomias como Brasil urbano e Brasil agrícola. O Brasil urbano encontra-se permeado pelo meio técnico-científico, no qual a vida é mais intensa e aceleram-se os processos de urbanização. É pertinente ter muita cautela ao associar dados demográficos ao debate da urbanização, haja vista alguns equívocos cometidos, quando limita os processos de urbanização a dados numéricos de aumento populacional, bem como afirma a autora:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da *urbanização*, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades. Castells sugere que ao invés de se falar de urbanização, que se fale de *produção social das formas espaciais*, na perspectiva de apreender “as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade”. Assim, não devemos apenas enxergar na urbanização que se dá via industrialização, uma acentuação da proporção de pessoas vivendo em cidades. Devemos analisá-la no contexto da passagem da predominância da produção artesanal para a predominância da produção industrial (entendida aqui, no seu sentido mais restrito, pós-Revolução Industrial), ou seja, da passagem do capitalismo comercial e bancário para o capitalismo industrial ou concorrencial (Sposito, 2018, p. 50).

Embora o país tenha se industrializado e urbanizado, ainda se constata velhas estruturas, por exemplo, nos séculos XVI e XVII, tinham-se os engenhos movidos a tração humana, animal, hídrica, vapor e atualmente eletricidade. Portanto, a figura do senhor de engenho “desapareceu”, mas surgiu o

empresário do setor sucroenergético e alcooleiro bem “sucedido”. Além disso, esse Brasil urbanizado ainda mantém fortes laços de “dependência do campo”, pois embora industrializado e urbanizado não rompeu as raízes rurais. Isto é, continua sendo agrário exportador e com forte concentração de poder político e econômico no campo. Fato este ilustrado por Santos (2013), quando este se refere a cidade enquanto *lôcus* da regulação das atividades desenvolvidas no campo, efetivando uma espécie de nova cooperação imposta pela divisão do trabalho agrícola.

Diante da conjuntura dissertada acima, verifica-se que os processos de urbanização tiveram avanços, porém, lentos e seletivos. A Constituição de 1988, em termos de urbanização, proporcionou a criação de alguns marcos importantes como: o Estatuto da Cidade, o Ministério das Cidades, Orçamento Participativo, Plano Diretor, Lei do Saneamento Básico, Fundo Nacional de Habitação, dentre outros elementos institucionais responsáveis por nortear o planejamento urbano no Brasil. Todavia, constata-se, que esses avanços foram marcos históricos em termos de urbanização brasileira, porém, insuficientes para tornar a cidade um direito de todos e não de grupos seletos abastados financeiramente. É preciso que esses processos de urbanização se efetivem com equidade social e diminuição da pobreza extrema. A infraestrutura básica precisa chegar às periferias dos grandes centros urbanos e não “limitar-se a zona sul da cidade”.

Antes de concluir esta reflexão, é pertinente frisar que, em 2007, no Brasil, tivemos alguns Mega Eventos de caráter internacional tais como: Jogos-Panamericanos e visita do Papa, em 2014, Copa do Mundo e 2016, Jogos Olímpicos, ou seja, quatro grandes eventos que ao invés de otimizarem os processos de modernização urbana em amplo sentido, esse ficou limitado e, pouco de herança deixou, principalmente para parte da população mais vulnerável socialmente falando. Se no século XX foi realizada uma “modernização urbana” no século XXI, diante dos eventos acima destacados foi realizada uma “exclusão social”, haja vista, que parte da população que ainda conseguia re-existir em áreas próximas aos centros urbanos teve de se retirar com indenizações muito abaixo do preço de mercado e outra parte foi expulsa sem nenhum direito garantido por lei.

## **2.2 Reflexão política e social**

Uma segunda reflexão ao debate neste trabalho é aquela relacionada às sucessões governamentais e, o desenvolvimento social em algumas esferas. Em algumas esferas, porque seria demasiadamente pretencioso da parte deste autor e, até mesmo, exaustivo, se fosse elaborar um detalhamento minucioso em várias áreas de desenvolvimento social no Brasil, principalmente quando se pretende tomar enquanto marco temporal, a reabertura da democracia brasileira, mais precisamente 1985. Portanto, compreender as várias sucessões governamentais que ocorreram no país, entre meados da década de 1985, até final do

século XX e sua transição para o século XXI, até o presente momento, é fundamental no sentido de fornecer argumentos e justificativas para melhor compreensão do atual contexto dos impactos da crise sanitária mundial no Brasil.

Com o fim do regime ditatorial no Brasil, houve grande comoção popular por eleições diretas, ou seja, por meio do voto popular. O primeiro presidente da reabertura democrática no país foi eleito pelo Colégio Eleitoral, formado por Deputados Federais, Senadores, e Delegados de cada Assembleia Legislativa dos Estados. Não se tem intenção neste momento de realizar uma retrospectiva histórica, mas sim, pontuar a sucessão governamental conforme mencionado no recorte temporal acima. Nesse sentido, pode-se constatar que nas últimas décadas houve um revezamento no que diz respeito aos partidos políticos na presidência da República Federal do Brasil, principalmente, entre partidos de “Direita” e “Esquerda Moderada” e recentemente “Extrema Direita”.

Entre essa sucessão presidencial no poder político do Brasil, quando se direciona a discussão para o campo do desenvolvimento social, neste momento, já realizando uma integração com a primeira reflexão, percebe-se a prioridade em termos de políticas públicas em cada uma dessas transições governamentais. Nos governos ditos de “Direita” a prioridade era investir no desenvolvimento econômico do país por meio de incentivos a territorialização do capital estrangeiro, isto é, de origem nacional ou multinacional, geração de emprego, controlar a inflação e reduzir ao máximo o tamanho do Estado com a privatização de empresas estatais. Para rememorar, pode-se tomar como exemplo a Companhia Vale do Rio Doce privatizada em 1997, com valor de aproximadamente US\$ 3,3 bilhões muito abaixo do mercado para a época. Só para se ter uma ideia, no ano de 2018, estima-se que a empresa teve um lucro líquido de US\$ 6,86 bilhões, ou seja, só o seu lucro líquido do ano de referência daria para comprar duas vezes a empresa na década de 1990 e, ainda sobriaria receita.

Muitas outras estatais foram privatizadas na década de 1990, um verdadeiro desmonte do patrimônio público brasileiro em prol de uma agenda governamental neoliberal com a construção do discurso de enxugar a máquina administrativa do Estado. Ainda para rememorar este período, pode-se citar outras estatais brasileiras como a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - Usiminas privatizada em 1991; em 1998 a Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebrás fragmentada em companhias menores, assim como, a Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A - Telerj e Telecomunicações de São Paulo S/A - Telesp; em 1993 foi a vez da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN; em 1994, privatizou-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica Embraer, também por valor muito abaixo do mercado para a época, ou seja, R\$ 265 milhões. Soma-se a isto, outras empresas de menores portes, mas, tão importantes quanto ao país.

Neste trabalho o autor faz a opção por não relatar em quais gestões presidenciais se procederam esses desmontes do patrimônio público brasileiro, esta estratégia foi uma opção de escrita mais objetiva, pois como dito anteriormente, não se tem intenção de um minucioso detalhamento, mas sim, o de

destacar a prioridade governamental em determinados anos na gestão do país. Do início da reabertura democrática do Brasil em 1985 até 2003, foram 18 anos de gestão de governos presidenciáveis de partidos políticos de “Direita” com agenda política que priorizava o desenvolvimento econômico neoliberal e muito pouco investido em desenvolvimento de políticas sociais. Portanto, ao realizar conexões com a primeira reflexão é percebido que o desenvolvimento urbano e social no país pouco avançou, mesmo com a promulgação da chamada Constituição Cidadã de 1998 que prioriza por força de lei determinadas políticas públicas de cunho social.

Prosseguindo com a reflexão, de 2003 até 2016, a presidência da República Federativa do Brasil foi ocupada pela “Esquerda Moderada” que ficou no poder durante 14 anos dos quais deu prioridade a uma agenda de governabilidade voltada tanto para a consolidação de grandes investimentos empresariais no país com a participação do Estado, infraestrutura, geração de empregos e principalmente ao fortalecimento de políticas públicas de desenvolvimento social, enquanto uma das prioridades de sua agenda governamental. Dos 14 anos que a “Esquerda Moderada” permaneceu no poder político, 8 destes foram anos bastantes auspiciosos, ou seja, foram efetivados vários avanços econômicos no país e consolidação de desenvolvimento social abrangendo camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Pode-se aqui destacar, o avanço em políticas públicas para geração de empregos que, por sua vez, conseguiram tirar milhares de pessoas da linha de extrema pobreza; reestruturação e interiorização da Educação Superior, possibilitando ingresso na universidade da população interiorana, principalmente aquela desprovida de condições financeiras para se deslocar aos grandes centros urbanos e/ou capitais com intuito de cursar uma universidade pública de qualidade. Houve também o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS proporcionando acesso à saúde, principalmente a população mais vulnerável econômica e socialmente. Vale aqui uma pausa para destacar que tanto governos anteriores a gestão de “Esquerda Moderada” quanto posteriores, pouco investiram no SUS, havendo até a possibilidade de sua privatização, o que, para conjuntura de saúde pública, seria um verdadeiro caos social no país.

Felizmente ou infelizmente, a Pandemia efetivada pelo Covid 19 revelou aos governantes a importância de um sistema de saúde pública forte e consolidado, haja vista que no caso do Brasil, se não houvesse a presença do SUS, a situação no país seria de caos social. Durante muitas décadas, o orçamento do Ministério da Saúde não dá conta de atender as necessidades e prioridades da população, quando o assunto é saúde pública, o que, por sua vez, deixa milhares de brasileiros desprovidos de assistência à saúde de forma digna e de qualidade. Somam-se a isso, as péssimas condições de infraestrutura de determinados hospitais e seus equipamentos obsoletos e/ou ultrapassados. É evidente o descaso com o Sistema Único de Saúde no Brasil. Vale ressaltar que mesmo deficiente, o SUS é um sistema modelo, pois

vem sendo adotado por outros países. A crise efetivada na saúde brasileira pelo Covid 19, não apenas denuncia, mas evidencia a necessidade de investimentos na área da saúde.

Ressalta-se que os governos de “Esquerda Moderada” foram interrompidos em 2016, por força de um processo de Impeachment, nesse sentido, a “Direita” retorna ao poder ficando até o final do ano de 2018. De 2019 a 2022, tem-se no país um governo de “Extrema Direita” e uma agenda econômica neoliberal extremamente agressiva, ou seja, retoma-se discursos de privatizações, não se prioriza a saúde pública brasileira, ressurgem discursos e ações “preconceituosas”, retoma-se um conservadorismo exacerbado, efetiva-se a presença de uma política atrelada ao viés religioso e conseqüente retirada de direitos trabalhistas garantidos há décadas dentre outros fatores. Portanto, percebe-se uma verdadeira desconstrução das conquistas, durante os 14 anos de governo de “Esquerda Moderada”.

Como visto acima, a discussão ainda pode ser bastante aprofundada, todavia, não cabe para o momento, pois como o próprio tópico destaca são reflexões, portanto, cabe objetividade. Mas, para concluir essa reflexão, vale destacar que, embora tenha-se esse revezamento do poder político, desde a reabertura democrática do país, verifica-se que muito pouco se avançou em termos de desenvolvimento urbano e social. Até mesmo os próprios governos de “Esquerda Moderada” que tanto priorizaram as políticas públicas de desenvolvimento social, não fizeram o suficiente, pois o quadro de Pandemia mundial com seus impactos no Brasil revelou uma realidade que estava mascarada, isto é, as disparidades e desigualdades sociais, que ainda são enormes e latentes. O quantitativo demográfico que vive em extrema pobreza voltou a crescer de modo acelerado trazendo o país de volta ao mapa da fome das Organizações das Nações Unidas - ONU.

Assim sendo, o Covid 19 deu visibilidade as questões sociais brasileiras ainda muito precárias. O país se urbanizou, mas não se modernizou, visto que, pouco foi feito para atender as demandas da população, pois convivemos com a ausência de infraestrutura necessárias como: oferta de transporte em quantidade e qualidade suficiente; saneamento básico precário ou inexistente em algumas localidades; educação de qualidade, principalmente no Ensino Fundamental; segurança nas localidades mais vulneráveis; rede de água encanada insuficiente ou inexistente; coleta de lixo insuficiente; serviço de saúde precarizados do ponto de vista da logística e assistência; enfim, esse urbano, industrializado e metropolizado atende a necessidade de uma pequena parcela da população e exclui outro grande contingente. A pergunta que não quer calar é como lidar como uma crise Sanitária Mundial, se o país ainda é tão vulnerável do ponto de vista do nosso desenvolvimento social? Talvez a última reflexão não responda esta pergunta, mas fornece subsídios a compreensão da realidade urbana e social brasileira fora de uma “zona de conforto”, isto é, a partir de uma perspectiva crítica e social.

### 2.3 Reflexão econômica - “a construção do novo normal”

A terceira reflexão, não menos importante do que as duas primeiras, diz respeito a forma como o capital financeiro se apropria do momento e das conjunturas interligadas a este, em outras palavras, do ponto de vista do capital especulativo, vislumbra-se oportunidades de lucros, mesmo em momentos de enorme comoção no seio da sociedade. Portanto, não é novidade que o capital é mutante, persuasivo, especulativo e extremamente expropriador. Neste sentido, vislumbrou-se a “Construção do Novo Normal”. Mas o que seria esse “Novo Normal” do ponto de vista do capital especulativo? Além disso, como falar de um “Novo Normal”, haja vista que não se teve, ainda o normal? Mesmo que houvesse possibilidades de um “Novo Normal” para quem seria?

Os questionamentos diante de tais discursos e narrativas persuasivas se faz importante para entender aquilo que talvez seja mais uma oportunidade para obtenção de lucro com cortes de despesas por parte do capital financeiro especulativo. Para argumentar melhor o contexto acima iniciado, vale lembrar que o *Cyber Espaço* tão debatido pelo geógrafo Milton Santos, em várias de suas obras na década de 1990, já se encontra a bastante tempo consolidado no cotidiano da sociedade, haja vista que os territórios, já se encontram praticamente digitalizados e os espaços informatizados. Em outras palavras, destaca-se a enorme dependência da sociedade do século XXI da informatização do espaço e das redes virtuais.

Não se tem a intenção nesse momento de aprofundar um debate específico, porém relatar de modo breve, a importância do *Cyber Espaço* para a sociedade do século XXI, pois é fundamental para melhor entender como aos poucos o capital financeiro especulativo se apropriou do momento de crise Sanitária Mundial e construindo o “Novo Normal”. Então, o que seria esse estado de normalidade pós Covid 19, do ponto de vista do sistema financeiro globalizado? Talvez, seja a oportunidade de desonerar despesas com maior lucro possível.

Explicando melhor: a extrema dependência da sociedade atual, em relação ao espaço virtual, vem proporcionando a desterritorialização de uma série de serviços e funções desenvolvidas no espaço real e presencial e, se reterritorializado no espaço virtual. Para ser mais direto, cita-se um exemplo bastante objetivo. Já parou para refletir o gasto de uma empresa ou grupo empresarial em termos de logística, isto é, aluguel de sala para escritórios ou até mesmo prédios inteiros, gasto com energia elétrica, aquisição de internet, gastos com manutenção de equipamentos e limpeza do espaço de trabalho, segurança dos funcionários no local de trabalho, gasto com transporte, dentre outras despesas? Deve ser um custo bastante oneroso para as receitas de uma empresa, visto que, existe toda uma operacionalização para administrar tais estruturas e investimentos.

Diante desse contexto, o capital aos poucos e, no presente momento, com maior intensidade, vem implementando o modo de trabalho *Home Office*. Em outras palavras, o trabalho virtual ou atividades desenvolvidas em casa! Dessa forma, as empresas e corporações veem, a possibilidade e oportunidades de reduzir seus gastos, simplesmente transferindo o custo oneroso dessas despesas para o desenvolvimento de atividades à distância, de modo virtual, no qual o trabalhador ou empregado arcarão com os custos, que, até então, cabia as empresas, haja vista que este irá desenvolver suas funções profissionais em sua residência, utilizando sua energia elétrica, internet e equipamentos eletrônicos.

Nesse caso, toda a logística fica a cargo do empregado. Em resumo, a residência do trabalhador se transforma em uma extensão da empresa, ou seja, o escritório da empresa. Para a consolidação dessa forma de trabalho, vem se construindo discursos e/ou narrativas bastantes “apelativas” como melhoria da qualidade do ambiente, pois com maior número de pessoas trabalhando em suas residências, haveria uma diminuição na poluição atmosférica, visto que diminuiria a circulação de veículos nas grandes cidades. Além disso, haveria melhoria no trânsito com a menor circulação de carros. Diretamente, vislumbra-se uma série de benefícios, por outro lado, maquiam-se os resultados cruéis desse processo.

Se refletirmos sobre os impactos desse processo, na saúde do trabalhador, estes serão imensuráveis, em vista da interferência direta na “qualidade de vida” do trabalhador, pois a residência é o ambiente do descanso, do convívio familiar, do lazer, ou seja, é o espaço “sagrado” do trabalhador. Uma coisa é o trabalhador ou empregador levar uma atividade para ser elaborada, concluída ou adiantada, vez ou outra, para a sua residência, outra bem diferente é este conviver com o trabalho, dentro de sua residência cotidianamente. Talvez, isso acelere a fragmentação de muitas famílias, porém para comprovação dessa hipótese, exigem-se estudos mais aprofundados com produção de dados. O importante no momento é dar visibilidade as reflexões acima desenvolvidas e mostrar que estas novas tendências podem ser bastante lucrativas para empresariados, porém bastante danosas ao trabalhador, haja vista, os impactos na “qualidade de vida” das famílias.

### **3 Resultados e discussões**

Os resultados deste trabalho são teóricos e qualitativos, pois buscaram, a partir de uma leitura do quadro de crise sanitária mundial com recorte espacial para o contexto brasileiro, compreender como e de que forma, os impactos da Covid 19 podem afetar a sociedade brasileira e sucessivamente os centros urbanos. Nesse sentido, por meio de reflexões teóricas pré-concebidas foi possível traçar uma linha de discussão e debate, a partir de um contexto histórico com recortes temporais pré-definidos. Essa escolha e/ou estratégia permite levar ao leitor uma discussão sobre a atual crise Sanitária Mundial e seus impactos nos centros urbanos brasileiros, agregando elemento histórico e temporal e, ao mesmo tempo,

articulando esses a uma conjuntura mais recente de desenvolvimento dos processos de urbanização no Brasil.

Além disso, foi possível estabelecer um debate pautado na discussão a sucessão de recortes políticos tomando como referência o processo de redemocratização do país. Assim sendo, as discussões estabelecidas na reflexão de cunho Histórico e Temporal proporcionaram subsídios essenciais, para melhor compreensão da segunda reflexão, isto é, a de viés Político e Social, haja vista que o entendimento do avanço dos processos de urbanização e, a promoção de políticas públicas de desenvolvimento social é fruto, também, de uma trajetória histórica e temporal. Diante desse contexto, a terceira reflexão, a Econômica: “Construção do Novo Normal” trouxe ao debate elementos mais recentes, isso no sentido de estabelecer um diálogo direto com os impactos da Covid 19, nos processos de reconfiguração de alguns serviços, atividades e funções que, até então, eram desenvolvidas de modo presencial.

Portanto, essas três reflexões citadas anteriormente, proporcionaram uma análise da atual conjuntura social, econômica e política em centros urbanos brasileiro, e mesmo sendo uma leitura mais direta e objetiva, ou seja, sem muito prolongamento na discussão, permite ao leitor refletir sobre a intensificação do espaço virtual e uma “banalização” do espaço presencial, haja vista que no momento, este ainda é uma incógnita para todos. Por fim, as discussões e debates estabelecidos, ao longo do texto, chamam a atenção do leitor para os “novos” processos de territorialização do capital financeiro especulativo, diante do contexto de Pandemia mundial e como este afetará não apenas a oferta de serviços e atividades, mas também a “qualidade de vida” do trabalhador brasileiro.

#### **4 Conclusões**

A partir do contexto traçado na dissertação deste artigo, conclui-se que a crise Sanitária Mundial com recorte geográfico para o Brasil e, os seus centros urbanos geram impactos muitos mais agressivos se comparados a outros países. Vários são os fatores que direta e indiretamente tornam o cenário brasileiro mais caótico e extremamente preocupante. Entretanto, não se devem direcionar os impactos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais a presença do Covid 19, aqui no país. A reflexão final, que deve ser feita aqui, é de que a presença do vírus no país só agrava uma realidade pré-existente há mais de um século, ou seja, por mais que o Brasil tenha tido alguns avanços ao longo do tempo, nesse momento fica nítido que esse progresso ficou muito aquém do esperado, principalmente para a parcela mais precarizadas e vulnerabilizada socialmente falando da população brasileira.

Existe uma concentração de renda muito grande no país, isto é, um pequeno grupo de milionários concentra grande parte da riqueza, isto colabora para o aumento das desigualdades sociais de forma escancarada. Não existe uma política de distribuição de renda no Brasil que permita a ascensão de outras

camadas da população a uma melhor qualidade de vida, pelo contrário, as políticas já existentes excluem, cada vez mais, a população na margem da pobreza e linha de miséria. Portanto, pode-se destacar que:

A chegada da pandemia da Covid-19 revela, mais do que nunca, as feridas expostas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que apresenta como de extrema urgência a garantia básica de direitos mínimos para uma grande parcela da população. Água encanada, sabão e água sanitária para enfrentar o vírus são itens tão banais, no entanto em 2020 muitas pessoas não possuem acesso a esses recursos. Em um país das “cidadanias mutiladas” combater o vírus da maneira mais simples traz à tona o básico negado a grande parte da população por séculos (Bernardes, et. al. 2020, p. 193).

Nesse sentido, as disparidades sociais entre classes aumentam as desigualdades e reduzem as oportunidades, condenando, dessa forma, grande parte da população brasileira a sobreviver com o mínimo de dignidade social e oportunidade de melhoria de vida. A situação se torna mais agravante ainda, quando este debate é direcionado a política brasileira, haja vista que os projetos que envolvem políticas públicas de desenvolvimento social territorializam-se no país de acordo com cada governo e não a partir das reais necessidades da população. Vale destacar que a invisibilidade social brasileira sobre os mais precarizados trazida à tona pela crise Sanitária Mundial revela elementos para além da ausência de infraestrutura e materiais necessários ao combate do Covid 19, como bem afirmam os autores abaixo:

A pandemia não revela somente as desigualdades sociais, mas também o racismo estrutural e cotidiano da sociedade brasileira. A privação dos direitos está associada ao modo de viver. É importante destacar que essa população não se encontra somente em estado de vulnerabilidade pela Covid-19, mas também com outras doenças que assolam as periferias, como a tuberculose e a dengue. Com um sistema de saúde sobrecarregado com as vítimas da pandemia, o tratamento para as demais doenças que nos cercam se torna ainda mais precarizados (Bernardes, et. al. 2020, p. 195).

Assim sendo, o que esperar da crise Sanitária Mundial aqui no Brasil com a pré-existência de várias outras crises que não foram sanadas ao logo da história do país? A população brasileira convive há décadas com crises no sistema de saúde pública; o transporte é ineficiente e insuficiente, principalmente para a parcela da população que reside na periferia urbana ou subúrbios. Soma-se a isso, a baixa qualidade dos serviços ofertados; muitos bairros periféricos e suburbanos sequer possuem serviços de distribuição de água regular, às vezes, até mesmo, esse serviço inexistente; em pleno século XXI, ainda constata-se a precariedade do saneamento básico brasileiro nos bairros mais pobres das cidades; coleta de lixo insuficiente; ausência ou deficiência do serviço de iluminação pública em bairros periféricos; segurança pública, muitas vezes, despreparada para atuar junto as comunidades, principalmente em áreas mais pobres, enfim, poder-se-ia elencar aqui uma série de questões não menos importantes em relação as já colocadas.

Nesse sentido, é nítido que muito antes da chegada do Covid 19 aqui no país, já se convivia com muitas outras crises: a presença do vírus só agrava as crises pré-existentes, haja vista que grande parte da população está desassistida dos serviços públicos essenciais, para que esta possa conviver e superar esse momento de crise Sanitária Mundial. Portanto, como exigir de certa parcela da população brasileira que

siga protocolos de segurança sanitária recomendados por órgãos como Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde e gestores locais, se parte dessas pessoas estão à margem da pobreza? São sujeitos sociais praticamente invisíveis aos olhos dos governos, ou seja, os órgãos governamentais sabem que existem, mas não é prioridade para a gestão e sucessão política. Essa conjuntura de precariedade social e invisibilidade da miséria e pobreza no país, coloca milhares de pessoas na informalidade, desassistidas pelo Estado, desprotegidas do direito à dignidade humana.

Diante do exposto, conclui-se que a Covid 19 agravou a precariedade social, já existente no Brasil e mostrou para o mundo e para a outra parcela da população brasileira, as disparidades sociais ainda latentes no país, isto é, são milhões de brasileiros vivendo a margem da pobreza, na linha da extrema pobreza ou miséria social. Portanto, a crise Sanitária Mundial com recorte geográfico no Brasil e seus centros urbanos “revelam” o descaso com os mais pobres, pois como cobrar da população certos procedimentos de higienização em tempos de Pandemia, se esta se encontra totalmente desprotegida dos serviços essenciais para que adotem tais procedimentos? Por fim, pode ser que o Brasil saia mais tardiamente da referida conjuntura supracitada, quando comparado a outros países do mundo e até mesmo aos da América Latina e América do Sul. Os prejuízos econômicos, sociais, ambientais serão imensuráveis, mas talvez, todo esse quadro leve a uma maior reflexão da população brasileira, sem distinção de classes sociais e desperte a atenção da política para olhares periféricos, pois é preciso enxergar a “invisibilidade” social das mazelas e pobreza urbana.

## Referências

BERNARDES, J. A; ARRUZZO, R. C; MONTEIRO, D. M. L. V. Geografia e Covid-19: neoliberalismo, vulnerabilidades e luta pela vida. Revista Tamoios, São Gonçalo-RJ, ano 16, nº. 1, Especial COVID-19. pág. 188-205, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50645>>. Acessado em junho de 2020.

CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3 (140), pp. 444-460, julho-setembro, 2015. Disponível:<<http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=35&mes=3>>. Consultado junho de 2020.

MOREIRA, R. Formação espacial brasileira: contribuições críticas aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2014.

MOREIRA, R. Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação – o espaço total: formação do espaço agrário. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2018.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5ª ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. 16ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. v. 3, nº 2, História Econômica & História de Empresas, 2000. Disponível:<<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/issue/view/29>>. Acesso em junho 2020.